



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO

Medicina Chapecó
Universidade Federal da Fronteira Sul

10
ANOS



Rede de atenção à saúde e as pessoas transgênero: desafios e perspectivas para um cuidado integral no Sistema Único de Saúde (SUS)

Jonatan Pellenz¹

Augusto Krindges²

Jeferson Santos Araújo³

Cláudio Claudino da Silva Filho⁴

Keli Regina Dal Prá⁵

Introdução: a população transgênero enfrenta barreiras significativas no acesso e na permanência nos serviços de saúde. Embora o Brasil tenha avançado com a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais, em 2011 pela Portaria nº 2.836 (Brasil, 2013), ainda persiste um cenário de exclusão, discriminação e invisibilidade institucional que compromete a efetividade da Rede de Atenção à Saúde (RAS). A identidade de gênero, entendida como um determinante social da saúde, revela-se central na compreensão das iniquidades vivenciadas por essa população. A negação de direitos básicos, como o uso do nome social, o acolhimento sem julgamento e o acesso a terapias hormonais ou cirurgias afirmativas de gênero, acentua o sofrimento psíquico e a vulnerabilidade social (Silva *et al.*, 2021). Nesse cenário, a construção de uma rede de atenção à saúde que seja de fato inclusiva exige a superação de paradigmas de modelos biomédicos cisnormativos e a valorização de saberes e práticas que considerem a diversidade humana como central para o cuidado em saúde. **Objetivo:** refletir criticamente, a partir da literatura científica, sobre os

¹ Enfermeiro. Mestrando em Enfermagem. Programa de Pós Graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5367-4987>. E-mail: jonatanzn@gmail.com

² Enfermeiro. Especialista em Atenção Primária à Saúde com ênfase na estratégia de Saúde da Família. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7038-1852>. E-mail: gus.krindges@gmail.com.

³ Enfermeiro, Doutor. Professor e Coordenador do Programa de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3311-8446>. E-mail: jeferson.araujo@uffs.edu.br

⁴ Pós-Doutorando em Serviço Social com Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024, e Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Pedagogia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (Mestrado Acadêmico), e Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (Mestrado Profissional) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5961-9815>. E-mail: claudio.filho@uffs.edu.br

⁵ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora do Departamento de Serviço Social, nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), *Campus* Florianópolis-SC. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1470-7811>. E-mail: keli.regina@ufsc.br



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO

Medicina Chapecó
Universidade Federal
da Fronteira Sul

10
ANOS



desafios e possibilidades na construção de uma RAS que assegure o cuidado integral, equitativo e respeitoso às pessoas transgênero no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Metodologia:** trata-se de uma revisão integrativa de literatura, em uma abordagem qualitativa. A busca foi realizada no primeiro semestre de 2025, através dos descritores “Atenção Integral à Saúde”, “Determinantes Sociais da Saúde”, “Educação Permanente”, “Equidade em Saúde”, e “Pessoas Transgênero”, nos seguintes buscadores e/ou bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e PubMed (base de dados e sistema de pesquisa online para literatura biomédica e de ciências da vida, desenvolvido e mantido pelo National Center for Biotechnology Information - NCBI da National Library of Medicine - NLM nos Estados Unidos da América - EUA). Como critério de inclusão, foram selecionados apenas artigos publicados nos últimos 10 anos, a fim de garantir a atualidade e a relevância das informações, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. A análise dos dados ocorreu de maneira crítico-reflexiva, a partir dos referenciais teóricos, filosóficos e epistemológicos que ancoram o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, o SUS, e os estudos/teóricos trans, e a organização dos resultados ocorreu com a identificação dos principais pontos em comum entre os autores e a sistematização das ideias em torno do tema central do estudo. **Resultados e Discussão:** compreender alguns dos princípios que fundamentam o SUS (universalidade, equidade e integralidade) é também reconhecer que os sujeitos não vivem isolados, mas inseridos em contextos marcados por relações sociais, econômicas e culturais. Assim, olhar para os coletivos sociais com sensibilidade às suas especificidades é um passo essencial para que o cuidado em saúde ultrapasse a lógica técnica e se aproxime da realidade concreta de cada existência. Os pesquisadores Tenório e Palhano (2022), dois ativistas transmasculinos, reforçam em seu estudo que o olhar às transidentidades era voltado à disforias e a busca por modificações corporais, partindo de um ideal de “corpo errado x corpo certo”, porém nos dias atuais compreende-se que o processo de despatologizar estes corpos também se relaciona com este pensar, uma vez que permite compreender a pluralidade de expressões identitárias, afinal a “própria comunidade trans compreende que identificar-se enquanto trans não se deve necessariamente à disforia de gênero e a modificações corporais” (Tenório; Palhano, 2022, p.80). Nesse sentido, pensar uma RAS minimamente acolhedora à população transgênero implica romper com a perspectiva histórica centrada exclusivamente na patologia e visão biomédica. Trata-se de ampliar o olhar para os determinantes sociais da saúde, conforme proposto por Dahlgren e Whitehead, reconhecendo que as iniquidades vividas por essa população não são apenas consequências clínicas, mas expressões de processos sociais, econômicos e simbólicos que produzem vulnerabilidades concretas que afetam a qualidade de vida das pessoas trans. Nessa perspectiva, as RAS emergem como uma estratégia robusta e eficaz para atender às necessidades específicas dessa população. Ao considerar as RAS, estamos nos referindo a um modelo de sistema integrado, cooperativo e de corresponsabilidade, que envolve equipes multidisciplinares nas diferentes esferas do cuidado e a articulação e colaboração mútua entre elas (Carvalho Oliveira, 2016). Neste contexto, o próprio Ministério da Saúde, na Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, estabelece no seu sexto artigo que a RAS tem como atribuição garantir um cuidado integral às pessoas transexuais e travestis dentro do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2013). Porém, diferentes estudos demonstram que a maior barreira para efetivação de um cuidado respeitoso e equânime está no desconhecimento e implicação nos valores individuais dos profissionais de saúde, assim como a omissão do



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO

Medicina Chapecó
Universidade Federal da Fronteira Sul

10
ANOS



Estado nos casos de transfobia. Tanto em uma revisão integrativa de literatura, com coleta de dados entre 2008 e 2017, e em uma revisão narrativa de literatura, com coleta de dados entre 2012 à 2022, evidenciaram que apesar de avanços normativos como a regulamentação do Processo Transsexualizador (PrTr) no SUS, persistem fragilidades significativas no atendimento à população trans. Entre os principais desafios estão o despreparo das equipes de saúde, a presença de estigmas sociais, a patologização das identidades trans, a escassez de recursos e a baixa cobertura hospitalar para serviços específicos. Soma-se a isso a insuficiência de políticas eficazes de combate à discriminação homofóbica, transfóbica e travestifóbica, bem como a falta de acolhimento qualificado e humanizado por conta da ausência de diretrizes e locais especializados para o atendimento das pessoas trans. Tais fatores limitam o acesso pleno e a permanência dessa população nos serviços de saúde, comprometendo o cuidado em sua dimensão biopsicossocial (Boldrin *et.al.*, 2025; Rocon *et. al.*, 2020). O resultado é o afastamento progressivo dessa população dos serviços formais de saúde, recorrendo muitas vezes a práticas inseguras, automedicação e redes informais. O uso correto do nome social e o respeito à identidade de gênero são práticas fundamentais para o acolhimento ético e humanizado, que deve ser entendido não apenas como um protocolo técnico, mas como um compromisso com a dignidade humana. Para romper estes entraves, a educação permanente em saúde, quando bem implementada, contribui significativamente para a redução das iniquidades em saúde e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados (Rocha *et.al.*, 2025). Quando falamos da formação dos profissionais da saúde, muito se centra em estudos biomédicos e dentro do escopo binário, velando a pluralidade de corpos e identidades. Ainda é rara a inserção de conteúdos sobre saúde da população trans nos currículos da graduação em saúde, o que contribui para a reprodução de estigmas e práticas discriminatórias. A educação permanente e a sensibilização das equipes de saúde são estratégias fundamentais para a transformação das práticas institucionais e para o fortalecimento de uma rede de cuidado acolhedora. **Considerações finais:** Refletir sobre a construção de uma RAS que acolha de maneira integral, humanizada e respeitosa as pessoas transgênero requer o enfrentamento de barreiras estruturais e simbólicas que ainda marcam os serviços de saúde. O fortalecimento da educação permanente em saúde, a inserção de conteúdos sobre diversidade nos currículos de formação e o compromisso ético com a escuta e a dignidade são caminhos possíveis para consolidar um SUS verdadeiramente equitativo. Garantir o cuidado em saúde para essa população não é apenas uma questão técnica, mas um imperativo de justiça social e de reconhecimento da pluralidade humana.

Descritores: Atenção Integral à Saúde; Determinantes Sociais da Saúde; Educação Permanente; Equidade em Saúde; Pessoas Transgênero.

Referências

BOLDRIN, Vitória Da Cruz. et al. Avanços e desafios no processo transsexualizador no Sistema Único de Saúde brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. e10912023, jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 1. ed., 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.



II Seminário Estadual de Geografia da Saúde Redes, Território e Cuidado 26 e 27 de maio de 2025 - UFFS Chapecó

REALIZAÇÃO



APOIO

Medicina Chapecó
Universidade Federal
da Fronteira Sul

10
ANOS



BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013**. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 nov. 2013.

CARVALHO OLIVEIRA, Nerícia Regina De. **Redes de Atenção à Saúde**: a atenção à saúde organizada em redes. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, UNA-SUS/UFMA, 2016.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PALHANO, Luciano. Breve histórico das transmasculinidades no Brasil no século XX e início do século XXI. **Revista Estudos Transviados**, v. 3, n. 5, 2022.

ROCHA, Claudia Aparecida Godoy et al. Educação permanente em saúde: promovendo equidade no atendimento a populações vulneráveis. **REVISA**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1276–1294, 2025.

ROCON, Pablo Cardoso et al. ACESSO À SAÚDE PELA POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL: NAS ENTRELINHAS DA REVISÃO INTEGRATIVA. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. e0023469, 2020.

SILVA, José. Carlos Pacheco Da et al. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2643–2652, jul. 2021.

Financiamento: Bolsa de Pós-Doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 20/2024.

Agradecimentos: À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), pelo fomento à pesquisa e Bolsa de Pós-Doutorado, e ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (PPGenf) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus Chapecó-SC*, pelo apoio acadêmico e incentivo à ciência com qualidade. Agradecemos especialmente às travestis que sempre estiveram na linha de frente na luta pelos nossos direitos.